

QUANDO FALAR NÃO É SEGURO

RESTRIÇÕES À LIBERDADE DE
EXPRESSÃO EM RUANDA

ANISTIA
INTERNACIONAL



Faz muitos anos que a liberdade de expressão tem sido indevidamente restringida em Ruanda. Os meses que antecederam as eleições presidenciais de agosto de 2010 que deram a vitória ao presidente Paul Kagame, com 93 por cento dos votos, foram marcados pela repressão à liberdade de expressão. O governo ruandês expressou o compromisso de rever as leis que criminalizam as manifestações de críticas; porém, os recentes julgamentos de políticos de oposição e de jornalistas sugerem que a repressão em Ruanda não apresenta sinal algum de recuo.

A Frente Patriótica Ruandesa (RPF), no poder desde o genocídio de 1994, mantém um rígido controle do espaço político, da sociedade civil e dos meios de comunicação, alegando que esse controle é

necessário para impedir o retorno da violência. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e adversários políticos não podem criticar as autoridades de modo público e aberto. Pessoas que ousam se

manifestar correm o risco de serem processadas e presas.

As restrições à liberdade de associação e de expressão impediram os novos partidos de oposição de participarem das eleições de agosto de 2010. Nesse período, jornalistas foram submetidos a sanções penais por difamação. Em vez de responder às críticas de modo construtivo, o governo de Ruanda preferiu suprimi-las.

CRIMINALIZANDO AS CRÍTICAS

Na década seguinte ao genocídio de 1994, leis vagas e de grande alcance sobre "divisionismo" e "ideologia genocida" foram adotadas em Ruanda. Pelo menos 800 mil ruandeses foram mortos no genocídio, a maioria de etnia tutsi, mas também hutus que se opunham à matança organizada. Embora proíbam os discursos de ódio, essas leis são redigidas de modo tão amplo que chegam ao ponto de criminalizar manifestações que não



© Graham Holliday/Kigali Wire



constituem discursos de ódio, tais como críticas legítimas feitas ao governo. Essas leis estão em contravenção às obrigações regionais e internacionais de direitos humanos de Ruanda, assim como aos compromissos do país com a liberdade de expressão. Ademais, sua redação em termos demasiadamente vagos presta-se a intenções de violar os direitos humanos.

Em seu relatório de agosto de 2010 "Melhor ficar calado: os efeitos sinistros das leis ruandesas sobre 'ideologia genocida' e 'sectarismo'" (Índice AFR 47/005/2010), a Anistia Internacional descreve como os termos vagos empregados na redação dessas leis são usados para criminalizar a manifestação de críticas ao governo e as divergências legítimas de políticos de oposição, de ativistas de direitos humanos e de jornalistas.

A Anistia Internacional constatou que muitos ruandeses, inclusive especialistas em direito ruandês, tais como advogados e

trabalhadores de direitos humanos, não conseguiam definir com precisão o que seria "ideologia genocida". Até mesmo juízes, os profissionais responsáveis pela aplicação da lei, reconheceram que a lei era ampla e abstrata.

No contexto local, ao que parece, acusações de "ideologia genocida" estão sendo utilizadas para resolver desavenças pessoais. Tais leis permitem que mesmo crianças menores de 12 anos sejam punidas criminalmente, assim como pais, guardiões ou professores culpados de "inocular" uma criança com "ideologia genocida". Para os adultos condenados, as penas variam entre 10 e 25 anos de prisão.

COMPROMISSO DO GOVERNO COM A REFORMA LEGISLATIVA

Em abril de 2010, o governo ruandês comprometeu-se a rever a lei de "ideologia genocida". Em janeiro de 2011, durante a Revisão Periódica Universal de Ruanda, no

Conselho de Direitos Humanos da ONU, o governo ruandês reiterou esse compromisso e sinalizou que a lei dos meios de comunicação, de 2009, que restringe indevidamente a liberdade de expressão, também seria revista.

Apesar de ter reconhecido as falhas da lei de "ideologia genocida", o governo continua a utilizar essa lei para processar indivíduos que manifestam críticas de modo legítimo. Não está claro se a lei sobre "divisionismo", igualmente usada com a intenção de

Acima: Presidente Paul Kagame durante coletiva de imprensa em Kigali no dia das eleições, 9 de agosto de 2010. No período pré-eleitoral, a liberdade de imprensa foi severamente restringida e os veículos críticos ao governo foram fechados.

À esquerda: Presença da polícia durante comício eleitoral em Gicumbi, agosto de 2010.
Capa: Eleitores fazem fila no dia das eleições, 9 de agosto de 2010, no setor de Kimihururu, em Kigali.



silenciar as críticas, também será objeto de revisão. Desde as eleições, pessoas que criticam o governo também têm sido condenadas por ameaçar a segurança do Estado, outra acusação punível com duras penas de prisão.

RESTRIÇÕES AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PERÍODO PRÉ-ELEITORAL

No período que antecedeu as eleições presidenciais de agosto de 2010, o governo resolveu reprimir os seus críticos. Sanções regulatórias, leis restritivas e processos por difamação foram usados para reprimir veículos que manifestavam críticas ao governo.

O Conselho Superior de Comunicação de Ruanda, um órgão regulador que mantém vínculos estreitos com o partido governista, suspendeu a publicação de dois jornais

Acima: Bernard Ntaganda (direita) durante seu julgamento em janeiro de 2011.

privados em língua kinyarwanda, o *Umuseso* e o *Umuwugizi*, de abril até outubro de 2010. Depois disso, o Conselho requereu o fechamento dos jornais por tempo indeterminado, alegando que alguns de seus artigos ameaçavam a segurança nacional.

Jean-Bosco Gasasira, editor do *Umuwugizi*, e Didas Gasana, editor do *Umuseso*, tiveram que fugir de Ruanda, em abril e maio de 2010, respectivamente, depois de receberem ameaças.

PRISÃO DE POLÍTICOS OPOSICIONISTAS

Em 11 de fevereiro de 2011, o político opositor ruandês Bernard Ntaganda, fundador presidente do Partido Social Ideal (PS-Imberakuri), foi preso por acusações politicamente motivadas e sentenciado a quatro anos de prisão. Ele foi condenado por violar a segurança do Estado, por "divisionismo" em discursos públicos nos quais criticou as políticas governamentais

antes das eleições e por tentativa de planejar uma manifestação "não autorizada". Bernard Ntaganda recorreu da sentença.

A condenação do líder opositorista insere-se em uma tendência mais ampla e preocupante de processar, com base em supostas ameaças à segurança nacional, indivíduos que criticam o governo de modo legítimo. A ação penal por "divisionismo" e ameaça contra a segurança do Estado baseou-se, unicamente, nos discursos que ele proferiu criticando as políticas do governo. A promotoria requereu uma pena de 10 anos de prisão, alegando que "pintar uma imagem negativa de autoridade do Estado" poderia levar a população à rebelião e provocar distúrbios.

Bernard Ntaganda foi preso na madrugada de 24 de junho de 2010 – primeiro dia em que os candidatos poderiam se registrar para o pleito –, horas antes de uma manifestação programada por seu partido na capital, Kigali. Embora Bernard



© Graham Holliday/Kigali Wire

Ntaganda tenha pedido autorização para realizar a manifestação, a promotoria disse que as autoridades tentaram notificá-lo da proibição no dia anterior ao evento. A defesa afirma que os manifestantes não sabiam da proibição.

O Partido Social Ideal (PS-Imberakuri) era o único partido novo que havia conseguido fazer o registro. No entanto, dissidentes que defendiam não apresentar um candidato às eleições infiltraram-se no partido.

No fim de 2009, Bernard Ntaganda foi convocado a comparecer perante o Senado para responder a acusações de "ideologia genocida". Em abril de 2010, a Comissão Política do Senado considerou as acusações procedentes.

Bernard Ntaganda foi preso por manifestar sua opinião sem advogar violência. O governo ruandês deve libertá-lo imediatamente e de modo incondicional.

JORNALISTAS PRESOS

Agnes Nkusi Uwimana, editora do jornal *Umurabyo*, publicado em língua kinyarwanda, e sua editora-adjunta, Saidati Mukakibibi, foram sentenciadas, em 5 de fevereiro, a 17 e a 7 anos de prisão, respectivamente, por artigos de opinião que publicaram antes das eleições. Ambas recorreram da condenação.

Agnes Nkusi Uwimana foi considerada culpada por ameaçar a segurança do Estado, por "ideologia genocida", por "divisionismo" e por difamação. Saidati Mukakibibi foi considerada culpada de ameaçar a segurança do Estado. As duas foram processadas com base em diversos artigos em que criticavam políticas governamentais e faziam denúncias de corrupção contra autoridades do alto escalão do governo, entre as quais o Presidente Kagame. Os artigos também se referiam ao sentimento de insegurança que predominava

no período pré-eleitoral e às divisões crescentes dentro das forças de segurança.

Antes de ser processada, Agnes Nkusi Uwimana foi chamada perante o Conselho Superior de Comunicação de Ruanda a fim de defender-se das acusações de que seus artigos eram difamatórios.

O governo ruandês deve libertar, de modo imediato e incondicional, Agnes Nkusi Uwimana e Saidati Mukakibibi, presas por exercerem seu direito à liberdade de expressão sem advogar violência.

JORNALISTA ASSASSINADO

O jornalista ruandês Jean-Leonard Rugambage, chefe de redação do jornal *Umuvugizi*, publicado em língua kinyarwanda, foi morto a tiros em frente a sua residência em Kigali, às 10 horas da manhã do dia 24 de junho de 2010. Ele foi o primeiro jornalista ruandês a ser assassinado em anos recentes.

Acima: Vendedores de jornal em Kigali.

© Graham Holiday/Kigali Wire



Jean-Leonard Rugambage estava investigando o assassinato, ocorrido naquele mês, do ex-chefe do exército ruandês, Kayumba Nyamwasa, exilado na África do Sul. Na manhã do dia 24 de junho, o jornal *Umuwugizi* havia publicado, em sua edição online, um artigo denunciando que agentes dos serviços de informação ruandeses estariam envolvidos no crime. Nos dias que antecederam seu assassinato, Jean-Leonard contou aos colegas que havia percebido que a vigilância sobre ele aumentava.

Não há qualquer evidência de que a polícia ruandesa tenha investigado os sinais que indicavam haver motivações políticas para o assassinato de Jean-Leonard Rugambage. Poucos dias depois do crime, dois suspeitos foram presos. Em outubro, foram condenados por homicídio e receberam pena de prisão perpétua. Eles alegaram que Jean-Leonard Rugambage havia matado um de seus parentes durante o genocídio de 1994. Em 2005, depois de Jean-Leonard ter publicado um artigo criticando os tribunais *gacaca* (tribunais comunitários para julgar pessoas suspeitas de participação no genocídio), uma ação semelhante foi impetrada contra ele em um tribunal *gacaca*, com base em alegações semelhantes. Porém, a ação foi suspensa por falta de provas.

A Anistia Internacional acredita que o governo deva criar uma comissão de inquérito independente para reabrir a investigação sobre a morte de Jean-Leonard Rugambage, investigando todas as possíveis suspeitas para o crime.

POLÍTICO OPOSICIONISTA ASSASSINADO

No dia 14 de julho de 2010, André Kagwa Rwisereka, vice-presidente do Partido Verde Democrático, de oposição, foi encontrado morto em Butare, sul de Ruanda. Ele fora decapitado.

André Kagwa Rwisereka, que deixou a Frente Patriótica Ruandesa para criar o Partido Verde Democrático, contou a colegas, semanas antes de ser assassinado, que estava preocupado com sua segurança. Outros integrantes do Partido Verde Democrático também relataram terem recebido ameaças.

Ninguém foi levado à Justiça para responder pelo assassinato de André. A polícia abriu investigações, mas a promotoria alega não ter provas suficientes para iniciar uma ação judicial. A Anistia Internacional apela ao governo para que crie uma comissão de inquérito independente sobre a morte de André Kagwa Rwisereka.





Esquerda: O chefe de redação do jornal *Umuwugizi* foi assassinado em junho de 2010. Entre abril e outubro de 2010, os jornais *Umuseso* e *Umuwugizi*

foram suspensos pelo Conselho Superior de Comunicação de Ruanda depois de publicarem artigos com críticas ao governo.

Acima: André Kagwa Rwisereka, falando durante uma conferência do Partido Verde Democrático.



Mulher deposita o voto em uma seção eleitoral de Kigali, 9 de agosto de 2010.

TOME UMA ATITUDE AGORA

Escreva para as autoridades de Ruanda pedindo que:

- Permitam que políticos de oposição, jornalistas, defensores dos direitos humanos e outros manifestem suas opiniões, o que inclui fazer críticas legítimas às políticas governamentais, sem que eles precisem temer por sua segurança.
- Acelerem a revisão da lei de "ideologia genocida" e da lei dos meios de comunicação de 2009, a fim de adequá-las às obrigações de Ruanda conforme o direito internacional dos direitos humanos.

- Revisem as leis sobre "sectarismo" e "insultos ao presidente" a fim de adequá-las às obrigações de Ruanda conforme o direito internacional dos direitos humanos.

ENVIE SEUS APELOS PARA:

Président Paul Kagame
Présidence de la République
BP 15
Kigali
Ruanda
Fax: + 250 252 58 43 90

Mr Tharcisse Karugarama
Minister of Justice
Ministry of Justice
BP 160
Kigali
Ruanda
Fax: + 250 252 586 509

**ANISTIA
INTERNACIONAL**



A Anistia Internacional é um movimento global com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas, em mais de 150 países e territórios, que realiza campanhas para acabar com os mais graves abusos contra os direitos humanos.

Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

A Anistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões, sendo financiada principalmente por seus membros e por doações privadas.

Índice: AFR 47/002/2011
Portuguese

Junho de 2011

Amnesty International
International Secretariat
Peter Benenson House
1 Easton Street
London WC1X 0DW
United Kingdom

amnesty.org